

**<<A CIDADE INDUSTRIAL>> PORTUGAL,  
UM PAÍS A DIFERENTES VELOCIDADES**

*Teresa F. Rodrigues*

Departamento Estudos Políticos/IPRI/FCSH/NOVA

[trodrigues@fcsb.unl.pt](mailto:trodrigues@fcsb.unl.pt)



## **Resumo**

*A designação «cidade industrial» pressupõe a existência de uma ligação entre dinâmica de crescimento demográfico urbano (cidade) e atividade económica predominante (a industrial), o que não é diretamente aplicável à realidade portuguesa dos séculos XIX e inícios de XX. Assim, a primeira interrogação sugerida pelo título dado a este estudo é saber de que cidades falamos, uma vez que não existem «cidades industriais» em Portugal, idênticas em dimensão e características endógenas às que encontramos noutros estados contemporâneos. As causas são conhecidas: i) não houve em Portugal uma revolução industrial semelhante em cronologia e intensidade a tantos outros países europeus; e ii) não existiu uma “revolução demográfica” análoga à observada noutras partes da Europa. Estas são as grandes linhas de orientação do texto, o qual apresenta dados e informações consideradas necessárias para dar a conhecer as grandes linhas estruturantes e informação estatística sobre a evolução do sistema urbano em Portugal entre 1850 e 1930.*

## **Abstract**

*The term “industrial city” assumes the existence of a link between urban demographic growth dynamics (cities) and a predominant economic activity (industry), which is not directly applicable to Portuguese reality during the 19th and early 20th centuries. So, the first question suggested by the title given to this study is based on the discussion about that kind of cities are we refereeing to, since there are no industrial cities in Portugal, identical in size and endogenous characteristics to other contemporary States. The causes are known: i) Portugal hasn’t experienced any industrial revolution, similar in chronology or intensity to many other European countries; and ii) it also hasn’t experience a “demographic revolution” similar to that observed in other parts of Europe. These are the broad guidelines of the text, which presents the data and information considered relevant to show the evolution of Portuguese urban system major trends between 1850 and 1930.*

A designação «cidade industrial» pressupõe a existência de uma ligação entre dinâmica de crescimento demográfico urbano (cidade) e atividade económica predominante (a industrial), o que não é diretamente aplicável à realidade portuguesa dos séculos XIX e inícios de XX, período a que se reporta a presente análise. A primeira interrogação sugerida pelo título dado a este estudo é saber de que cidades falamos, uma vez que não existem «cidades industriais» em Portugal, idênticas em dimensão e características endógenas às que encontramos noutros estados contemporâneos. Tal acontece por duas ordens de razões: i) porque não houve em Portugal uma revolução industrial semelhante em cronologia e intensidade a tantos outros países europeus; e ii) porque nunca houve uma revolução demográfica análoga à observada noutras partes da Europa.

Com efeito, embora desde o século XVIII existissem empresas e pólos industriais dispersos pelo país, na sua esmagadora maioria localizados em núcleos urbanos, só em pleno Estado Novo se iniciou um processo de desenvolvimento do setor industrial suscetível de ser visto como resultante de uma política consistente de industrialização. Não obstante, o período que medeia entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX é marcado por transformações económicas com algum significado, que influenciam os volumes, as dinâmicas demográficas e os comportamentos coletivos e às quais não é alheia a questão industrial.

Mau grado estas particularidades, os vetores explicativos do crescimento médio da população portuguesa no seu todo radicam na trilogia relacional entre crescimento urbano, industrialização e migrações, sobretudo a partir de meados de Oitocentos, mesmo que entre eles não exista uma sequência ou relação de causalidade claramente definida. Certo é, porém, que a maioria dos centros urbanos cresce mais que a média nacional, liderados pelas cidades de Lisboa e Porto e que nestas últimas se verificam situações de exceção em termos macro e microdemográficos, que coincidem com os primeiros sinais de modernidade nos comportamentos coletivos de nupcialidade, fecundidade e mesmo mortalidade.

A época de que falamos corresponde na Europa a um contexto demográfico único (Bardet, Dupâquier 1997: 561 e segs.). A derrota de Napoleão marcou o início de uma longa fase de paz e criou as condições necessárias à consolidação política de caráter expansionista e à prosperidade económica. Mudavam também as condutas, em função do progresso económico e de algum desenvolvimento tecnológico e científico. Reduzia-se a dependência do Homem perante fatores de caráter exógeno, alterava-se o modelo de mortalidade e esbatiam-se os entraves tradicionalmente presentes nas estratégias de nupcialidade. O aumento dos núcleos urbanos aliou-se na Europa dos séculos XIX e XX a novas áreas de atividade e emprego, fomentando uma redistribuição da população.

Mas embora todos os Estados tenham beneficiado dos ventos de mudança, nem todos o fizeram com a mesma intensidade e em simultâneo.

## **1. Demografia e desenvolvimento**

O processo de transição demográfica em Portugal foi tardio e tímido, obedecendo a um faseamento diferente do europeu e mesmo do espanhol. Entre 1800 e 1930 o total de residentes apenas duplicou, passando de 3,1 para 6,8 milhões (**Tabela 1**). Não existiram sinais de «revolução demográfica», os episódios de mortalidade catastrófica só terminam em meados do século XIX (embora com uma última manifestação em 1918), a redução da mortalidade ordinária não acontece antes de 1890 e a diminuição dos níveis de fecundidade não é consistente até aos anos 60 do século XX. Assim, no período em análise, os níveis de natalidade e a mortalidade mantiveram-se elevados e próximos entre si, o saldo fisiológico continuou escasso, embora positivo, e a emigração atingiu uma intensidade inédita a partir de 1870, influenciando negativamente a dinâmica de crescimento total (**Figura 1**). Nem todas as regiões beneficiaram com a dinâmica que as migrações internas conferiram na reta final de Oitocentos, devido a fatores exógenos à questão demográfica, nomeadamente a industrialização.

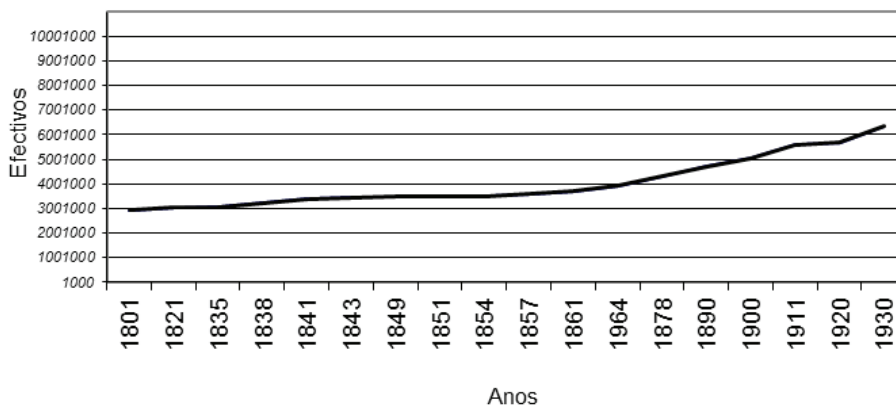
Crescimento populacional e desenvolvimento económico surgem associados nos últimos duzentos anos da história portuguesa. A alteração da política económica, ocorrida em meados de Oitocentos apostou no progresso das vias de comunicação, o que beneficiou o progresso económico. E embora a crise mundial da segunda metade dos anos 60 tenha provocado pontualmente a descida das exportações e do rendimento, os anos 70 e 80 corresponderam a uma fase agrícola próspera, acompanhada pelo aumento das exportações e do consumo interno. A crise de finais do século, causada pelo Ultimato, a diminuição das remessas do Brasil e vários problemas no setor primário, não afetou as atividades industriais, que continuaram a prosperar (Justino, 1989).

**Tabela 1. Portugal, 1800-1930: População residente e ritmos de crescimento a anual médio**

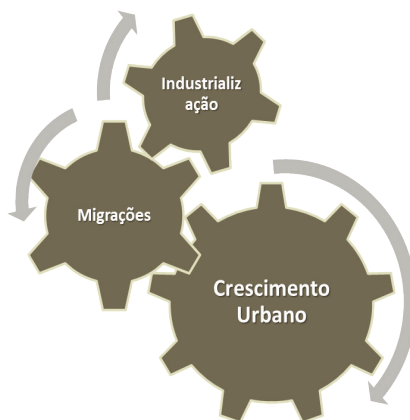
Anos	Pop.Total	tcam	Continente	Ilhas
1801	3115330	-----	2931930	283400
1841	3737103	0.46	3396972	340131
1851	3844119	0.28	3499121	344998
1864	4286995	0.84	3927932	359603
1878	4698984	0.66	4303664	395320
1890	5102891	0.69	4713319	389572
1900	5446760	0.65	5039744	407016
1911	5999146	0,86	5586053	413093
1920	6080135	0,14	5668232	411903
1930	6802429	1,24	6334507	467922

Fonte: Elaboração própria a partir dos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*.

**Figura 1. Portugal, 1850-1930. População residente**



Fonte: Elaboração própria a partir dos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*.



Crescimento populacional e desenvolvimento económico surgem associados nos últimos duzentos anos da história portuguesa. A alteração da política económica, ocorrida em meados de Oitocentos apostou no progresso das vias de comunicação, o que beneficiou o progresso económico. E embora a crise mundial da segunda metade dos anos 60 tenha provocado pontualmente a descida das exportações e do rendimento, os anos 70 e 80 corresponderam a uma fase agrícola próspera, acompanhada pelo aumento das exportações e do consumo interno. A crise de finais do século, causada pelo Ultimato, a diminuição das remessas do Brasil e vários problemas no setor primário, não afetou as atividades industriais, que continuaram a prosperar (Justino, 1989).

Emigração, industrialização e crescimento urbano foram os vetores de transformação da realidade portuguesa nessas décadas e as aldeias transformaram-se em locais de recrutamento fácil a partir de meados do século XIX (Leite 2005: 68). O acréscimo demográfico avolumou a pressão nas zonas rurais, estruturadas secularmente num regime de transmissão de propriedade que dificultava a sobrevivência económica dos filhos segundos (Rodrigues 1997: 108-118), para quem a existência de emprego em atividades não agrícolas representou independência económica e uma alternativa à emigração para as Américas.

Os esforços de modernização económica alteraram a distribuição humana no território e a sua estrutura etária e por sexos, ajustando-a em função da geografia dos recursos materiais e da oferta do mercado de emprego. Portugal constitui um exemplo perfeito da forma como os movimentos migratórios podem condicionar as direções e ritmos de crescimento populacional de um país. A partir de 1850 o aumento demográfico foi claramente influenciado pela emigração e pelas migrações internas para os núcleos de maior dimensão e mais industrializados.

Na segunda metade de Oitocentos torna-se clara a dicotomia entre as áreas de maior robustez económica e dinamismo humano, situadas junto ao litoral e para sul, e as restantes, com alguns pólos isolados no interior, como a Covilhã. Na reta final do século aumenta a diversidade regional e o fosso que separava as metades norte e sul do país, com vantagem desta última. Os distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Braga e Bragança cresceram a ritmos inferiores a metade da média nacional, enquanto Lisboa, Porto e Castelo Branco registavam subidas inéditas. Em 1900, tal como em 1850, cerca de metade da população continental residia em sete distritos, mas nesses cinquenta anos só Lisboa e Porto ganham importância relativa (**Tabela 2**).

**Tabela 2. Portugal, 1837-1930. Distritos mais povoados (em %)**

1837		1851		1878		1900		1930	
Lisboa	12,5	Lisboa	13,1	Lisboa	12,0	Lisboa	14,1	Lisboa	14,2
Porto	10,6	Porto	10,6	Porto	11,1	Porto	12	Porto	12,8
Viseu	8,9	Viseu	8,6	Viseu	8,9	Viseu	8	Viseu	7,0
Braga	8,9	Braga	8,6	Braga	7,7	Braga	7,1	Braga	6,5
Coimbra	7,3	Coimbra	7,4	Coimbra	7,0	Coimbra	6,7	Coimbra	6,1
Aveiro	6,9	Aveiro	7,0	Aveiro	6,2	Aveiro	6	Aveiro	6,0
Guarda	6,0	Guarda	5,6	Guarda	5,5	Santarém	5,6	Santarém	6,0
<b>TOTAL</b>	<b>55,1</b>	<b>TOTAL</b>	<b>60,9</b>	<b>TOTAL</b>	<b>58,4</b>	<b>TOTAL</b>	<b>59,5</b>	<b>TOTAL</b>	<b>58,6</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de *VIIº Recenseamento Geral da População Portuguesa*.

## 2. Mundo rural e realidade urbana

O crescimento urbano foi a maior originalidade do Oitocentismo português (**Tabela 3**). Ainda que nas primeiras décadas não pareça existir uma relação direta entre crescimento demográfico e urbano, a repartição que se consolida na segunda metade da centúria resulta sobretudo da migração rural. Reduziu-se um pouco por todo o país o peso populacional das freguesias rurais e nem as vilas cresceram significativamente. Toda a vitalidade se concentrou nas cidades (**Tabela 4**).



**Tabela 3. Portugal, 1864-1900. Variação da população total, urbana e rural (em %)**

Distritos	Pop.Total	Pop.Urbana	Pop.Rural
Aveiro	27	47	22
Beja	19	26	15
Braga	15	30	13
Bragança	17	29	15
Castelo Br.	36	36	36
Coimbra	24	31	22
Évora	30	23	35
Faro	48	44	51
Guarda	25	39	23
Leiria	38	48	36
Lisboa	62	95	18
Portalegre	30	40	21
Porto	47	86	28
Santarém	44	48	43
Viana do C.	10	9	10
Vila Real	14	28	12
Viseu	14	15	14
<b>Portugal</b>	<b>31</b>	<b>55</b>	<b>22</b>

Fonte: Elaboração própria. *IVº Recenseamento Geral da População Portuguesa*, I: 112-113.

**Tabela 4. Portugal, 1864-1900. População residente nas cidades, vilas e freguesias rurais**

Aglomeracões	1864	1878	1890	1900
Cidades	481081	559744	748218	853037
Vilas	713648	764356	842516	927274
Freguesias rurais	2993682	3226604	3458996	3642821
Total	4188411	4550704	5049730	5423132
(%)				
Cidades	11.5	12.3	14.8	15.7
Vilas	17.0	16.8	16.7	17.1
Freguesias rurais	71.5	70.9	68.5	67.2

Fonte: Pereira 1988: 363

Embora nem sempre expressivas e tendencialmente pouco consistentes, as mudanças de índole económica arrastaram consigo outros fenómenos, a nível social e sobretudo demográfico, as quais ditaram futuros distintos para as unidades populacionais a nível regional. A escassez de atividades não agrícolas e de núcleos com características urbanas foram responsáveis pelas diferenças, porque a criação local de indústrias surge associada a desenvolvimento urbano. Essa circunstância explica a gradual bipolarização nacional em torno das cidades de Lisboa e Porto, bem como o acentuar, sobretudo após o final dos anos 70, da já referida dicotomia litoral/sul e interior/norte. Na viragem para o século XX Portugal surge cortado em dois, a nível demográfico, económico e de sistema urbano, divisão que não será esbatida até aos anos 30 do século XX (Rodrigues, Pinto 1996: 131-145) (**Tabela 5**).

**Tabela 5. Portugal, 1864-1900. População urbana nos distritos do Continente**

<b>Distritos</b>	<b>1864</b>	<b>1878</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>
<b>Aveiro</b>	20.7	21.9	23.5	46.6
<b>Beja</b>	38.1	37.3	37.8	26.1
<b>Braga</b>	14.2	15.1	15.5	29.8
<b>Bragança</b>	12.5	13.2	13.1	28.7
<b>Castelo Br.</b>	26.0	27.4	25.5	36.2
<b>Coimbra</b>	25.0	26.0	26.8	31.4
<b>Évora</b>	45.0	44.3	43.2	43.0
<b>Faro</b>	46.2	46.4	45.9	44.1
<b>Guarda</b>	14.0	14.7	15.0	39.1
<b>Leiria</b>	19.0	19.0	20.3	47.6
<b>Lisboa</b>	57.5	67.6	68.8	94.8
<b>Portalegre</b>	47.9	51.7	52.3	40.3
<b>Porto</b>	33.6	36.2	40.3	85.6
<b>Santarém</b>	30.3	30.5	32.1	48.2
<b>Viana do C.</b>	12.9	13.2	12.7	9.3
<b>Vila Real</b>	14.0	14.8	15.6	28.3
<b>Viseu</b>	16.1	16.5	16.2	15.1
<b>Portugal</b>	<b>28.2</b>	<b>31.0</b>	<b>32.5</b>	<b>54.9</b>

Fonte: Elaboração própria. *IVº Recenseamento Geral da População Portuguesa: I*, 112-113.

### 3. As cidades e a dominação demográfica de Lisboa e Porto

A análise do sistema urbano português e das suas características não está isenta de dificuldades. Por um lado, o próprio conceito de “cidade” é complexo e conheceu várias formulações. Por outro, a multiplicidade de pontos de vista e critérios usados na sua definição dificulta a comparação dos resultados. Só a partir de 1890 os recenseamentos disponibilizam o número de cidades, as quais até 1940 adquiriram esse estatuto desde que fossem capitais de distrito, sedes de diocese ou de tribunal de comarca, independentemente do total dos seus residentes<sup>1</sup>. Até 1930 eram contabilizados como urbanos todos os habitantes das cidades e vilas cabeça de concelho. O facto de não existir uma relação entre estatuto jurídico e dimensão populacional permitia que às cidades administrativamente reconhecidas nem sempre correspondesse uma efetiva realidade urbana. Algumas vilas e freguesias de Lisboa e Porto possuíam mais residentes que alguns núcleos estatisticamente considerados urbanos. O mesmo tipo de limitações se verifica no que respeita ao cálculo da evolução secular dos níveis de urbanização ou quando tentamos comparar a realidade portuguesa a outras realidades coevas<sup>2</sup>.

Segundo os dados oficiais disponíveis entre 1800 e 1930, o número de cidades passou de 22 a 36 no Continente, mantendo-se inalterado o número de 4 cidades insulares (**Figura 2**). Nelas residiam 387 mil indivíduos em 1801, 475 mil em 1864, 811 mil em 1900 e 1,235 milhões em 1930, uma mais que duplicação desde 1860. Escasseavam as cidades de média dimensão, embora uma razoável percentagem dos portugueses residisse em centros urbanos (**Tabela 6**). Em 1900 em Lisboa viviam 357 mil almas, no Porto 172 mil, em oito outras cidades entre 10 e 20 mil indivíduos e em outras quinze entre 5 e 10 mil. Braga e Setúbal ultrapassavam os 20 mil residentes. Portugal era na viragem para o século XX mais um país de vilas e aldeias, que de verdadeiras cidades. A falta de uma “armadura urbana”, que alguns autores denunciavam desde o século XVI, foi agravada na época contemporânea pela incapacidade de evolução da maior parte das cidades e vilas.

---

<sup>1</sup> Adquiriam o estatuto de cidade todos os núcleos populacionais capitais de distrito mesmo quando vilas, as sedes de diocese e as sedes de tribunal de comarca, o que incluía algumas sedes de concelho, como no caso das vilas de Vila Real e Santarém.

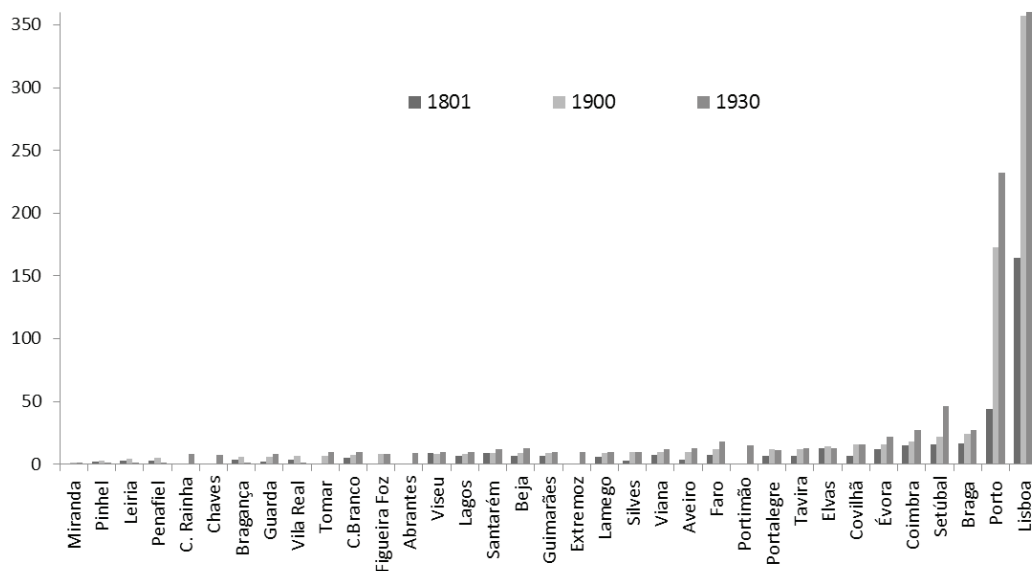
<sup>2</sup> Também as estatísticas oficiais foram sofrendo alterações ao longo do período considerado (cf. Rodrigues 2008: 348-349).

**Tabela 6. Portugal, 1801-1930. Residentes nas cidades oficialmente consideradas**

<b>CIDADES</b>	<b>1801</b>	<b>1864</b>	<b>1878</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1911</b>	<b>1920</b>	<b>1930</b>
Lisboa	164731	199412	242297	301206	357000	435359	486372	594390
Porto	44218	86751	105838	138860	172421	194009	203091	232280
Setúbal	15348	12747	14798	17581	21819	30346	37074	46398
Coimbra	15203	12727	13369	16985	18424	20381	20841	27333
Braga	16266	18831	19755	23089	24309	24645	21970	26962
Évora	11642	11518	13046	15134	16152	17901	16148	22061
Faro	7336	8014	8561	9338	11835	12680	12925	18019
Covilhã	6619	0	10809	17562	15527	15745	14049	15640
Portimão	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	14712
Beja	6289	6874	7843	8394	8895	10113	10521	12985
Tavira	6835	10529	11459	11558	12178	11665	11043	12762
Aveiro	3868	6395	6852	8860	10012	11525	10357	12735
Elvas	12872	10271	10471	13291	14018	10645	11747	12413
Santarém	9164	6207	7001	8210	8704	9897	10024	12106
Viana do Castelo	7293	9263	8816	9682	9851	10486	10704	11819
Portalegre	6526	6433	7039	10534	11893	11603	9842	11005
Silves	2495	5059	6913	8362	9688	9919	9577	9956
Lagos	6628	7744	7279	8259	8268	9673	9443	9888
C.Branco	5161	6136	6928	6728	7292	7798	9327	9820
Tomar	-----	4005	5105	5816	6933	8054	7993	9730
Extremoz	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	9718
Lamego	6013	7844	8124	8685	9179	8696	9105	9665
Guimarães	6557	7568	7980	8611	8863	9550	9023	9541
Viseu	9059	6399	6956	7996	8216	8167	8261	9471
Abrantes	-----	-----	-----	-----	-----	-----	7215	8881
Figueira da Foz	-----	-----	-----	5676	7890	6926	6794	8213
Guarda	2381	3761	4613	5990	6092	6635	7129	8158
Caldas da Rainha	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	7829
Chaves	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	7682
Vila Real	3484	4836	5296	5920	6736	6822	6258	6602
Leiria	2698	2922	3570	3932	4488	4697	4929	6147
Bragança	3151	4754	5071	5840	5476	5787	5476	6089
Penafiel	2873	4411	4488	4631	5085	5573	5770	5682
Barcelos	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	4062
Pinhel	2103	2238	2717	2977	2936	3012	2660	2862
Miranda do Douro	650	868	1036	994	982	1005	915	1053
<b>TOTAL</b>	<b>387463</b>	<b>474517</b>	<b>564030</b>	<b>700701</b>	<b>811162</b>	<b>929314</b>	<b>996583</b>	<b>1234669</b>

Fonte: VIIº Recenseamento Geral da População Portuguesa: 273

**Figura 2. Portugal, 1800-1930. As cidades oficialmente consideradas**



Fonte: Elaboração própria. *I a VIIª Recenseamento Geral da População Portuguesa*

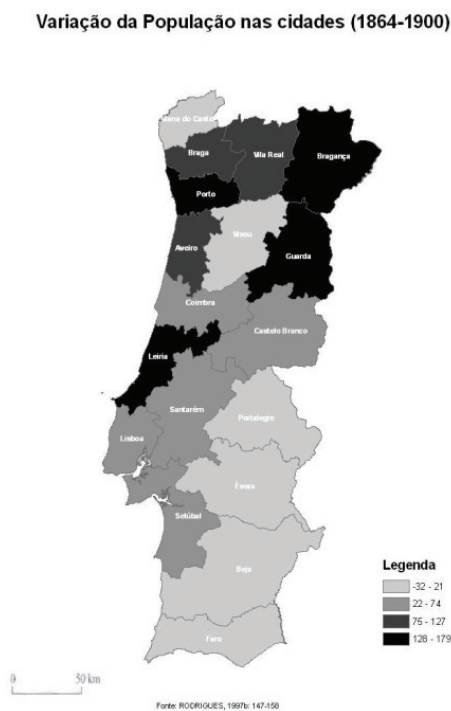
O *ranking* das cidades (**Tabela 7**) espelha as diferentes tradições urbanas das duas metades do país, o recuo das cidades muito pequenas e o gradual aumento das pequenas e médias. As grandes cidades continuarão a ser apenas Lisboa e Porto. Nas seis primeiras décadas de Oitocentos só as muito pequenas cresceram ligeiramente (de 5,3 para 5,9%), mas em 1900 representam apenas 1% dos residentes em cidades. Por seu turno, as cidades pequenas e médias continuaram a ser incapazes de atrair ou mesmo fixar os residentes e perdem importância (34% dos residentes urbanos em 1860, 28% em 1900). Além de pouco numerosas, as cidades de média dimensão parecem esvaziar-se ao longo da segunda metade em favor das grandes. O fenómeno marcante do oitocentismo português assenta na atração que exerceram as grandes cidades. A variação desta categoria foi de 175,4% entre 1850 e 1900, acelerando-se nas primeiras décadas do século passado. Tratou-se de um aumento percentual e absoluto (Moreira, Rodrigues, Henriques 2009: 94-99).

**Tabela 7. Portugal, 1890-1930. Nível de Urbanização (população urbana/população total)**

TIPO	Nº Habitantes	1890	1900	1911	1920	1930
<b>Muito pequenas</b>	-5000	5.9	1.2	1.0	0.8	0.8
<b>Pequenas</b>	5000-10000	14.9	16.2	17.3	18.1	20.8
<b>Médias</b>	10000-20000	11.3	12.4	13.1	14.2	16.2
<b>Grandes</b>	20000+	9.1	10.1	11.5	11.9	13.9

FONTE: Moreira, Rodrigues, Henriques 2009: 94-95

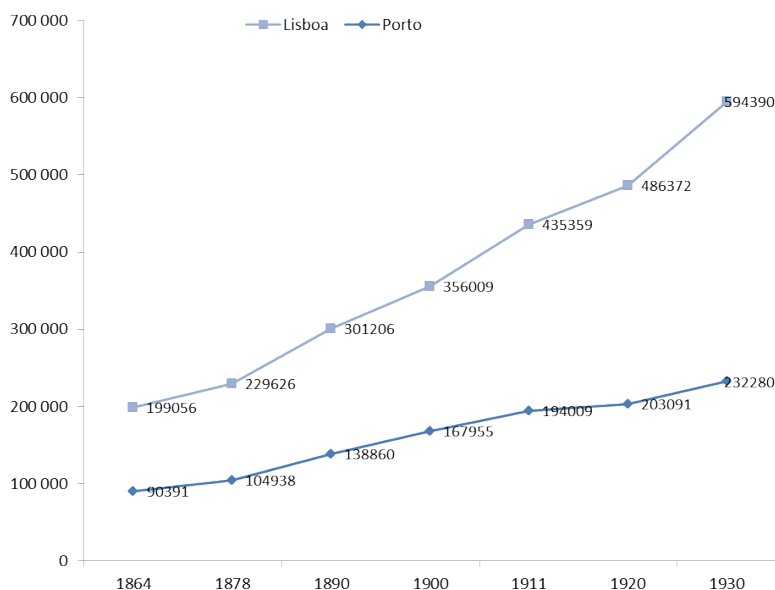
Foram diferentes as histórias próprias de cada uma das cidades portuguesas e é neste ponto que mais se evidencia a relação entre dinâmica demográfica e atividades económicas predominantes. Na primeira metade de Oitocentos algumas cidades como Porto e Silves duplicaram, outras quase não cresceram e sete regrediram (como Viseu, Coimbra, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Elvas). Como vimos, a conjuntura política de instabilidade beneficiou algumas cidades pequenas mais isoladas, como a Guarda, Bragança ou Penafiel. As assimetrias reduziram-se na segunda parte do século. Não obstante, o aumento foi diminuto nos casos de Bragança e Miranda (norte interior), de Viana do Castelo e Aveiro (litoral norte com níveis emigratórios elevados). Iguamente penalizadas foram as cidades sem atividades económicas alternativas à agrícola, como sucedeu com Castelo Branco, que cresce 19% na segunda metade de Oitocentos, enquanto a Covilhã aumenta 44% de 1880 a 1900. No Algarve o dinamismo de Faro (48%) e Silves (92%) contrasta com Tavira (16%) e Lagos (7%) (Rodrigues, Pinto 1996: 142-143). Mas, pesem embora as diferenças, nenhuma cidade viu reduzir-se o volume de habitantes. A **Figura 3** permite observar as diferentes intensidades regionais do desenvolvimento urbano, explicados pelo pendor positivo dos saldos migratórios.

**Figura 3. Portugal, 1864-1900. Variação da População nas cidades**

Fonte: Rodrigues 2008: 353

Como referimos, a originalidade portuguesa oitocentista reside na dominação demográfica de Lisboa e Porto, que são as únicas cidades grandes. Nelas viviam 54% dos efetivos urbanos portugueses em 1800 e 65% em 1900. A capital era duzentas vezes maior que a mais pequena cidade do país em meados de Oitocentos, mas esta relação agrava-se nas décadas seguintes: em 1900 Lisboa era já 357 vezes maior que Miranda do Douro, a menor cidade do país, e em 1930 essa relação ascendia a 565, dando conta de um sistema urbano, também ele a duas velocidades.

A bicefalia do sistema urbano português é unida por um eixo cuja importância económica se acentuará progressivamente, embora já então a liderança da capital e da sua envolvente seja indiscutível numa ótica estritamente demográfica. Em breve a bicefalia será substituída pela macrocefalia que caracterizou o tecido urbano português até entrado o século XX (Rodrigues, Pinto 1996: 131-145). Lisboa será neste último século a única realidade urbana portuguesa se o entendermos numa perspetiva europeia (**Figura 4**).

**Figura 4. 1864-1930. População residente nas cidades de Lisboa e Porto**

Fonte: Elaboração própria a partir dos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*

Devido à sua dimensão, Lisboa e Porto partilharam características que as diferenciaram dos restantes núcleos urbanos nacionais. Ambas cresceram continuamente e ambas ganharam importância no seio dos respetivos distritos. As duas atuaram como pólos de atração crescente, sendo grandes responsáveis pelo fenómeno de êxodo rural de zonas distantes (sobretudo Lisboa) e ambas atingem o seu momento áureo de crescimento na década de 80. No entanto, a distância que as separava em termos do volume de efetivos era enorme. Em 1800, por cada 4 residentes em Lisboa existia 1 no Porto. Com cerca de 44 mil habitantes, a Invicta correspondia em 1801 a 27% da população da capital, que rondava as 165 mil almas, mas em 1864 a relação era de 45%, tendo subido ligeiramente no final do século, indício de uma enorme recuperação da cidade do norte.

Como referimos, o aumento da capital foi pouco significativo até meados da década de 60, tendo a partir daí registado uma recuperação gradual até aos anos 80 e muito rápida em seguida, o que fez com que mais de metade dos recenseados no distrito de Lisboa residisse na cidade. O Porto também cresceu, ao todo 86%, com uma fase muito dinâmica nos anos 80, durante os quais aumentou 53,5%, bastante mais que Lisboa, mas o ritmo desacelerou-se no início do século XX. A cidade nunca representou mais de 29% do total de população



no distrito, porque não eram tão nítidas as diferenças de desenvolvimento económico do concelho urbano face às unidades administrativas circundantes (**Tabela 8**).

**Tabela 8. As cidades de Lisboa e Porto, 1864-1930**

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930
<b>Lisboa</b>	199056	229626	301206	356009	435359	486372	587334
<b>Distrito (%)</b>	45.4	45.8	49.3	50.2	53.2	52.1	65.5
<b>País (%)</b>	5.1	5.3	6.5	7.1	7.3	8.1	8.8
<b>Porto</b>	90391	104938	138860	167955	191009	203091	224959
<b>Distrito (%)</b>	21.9	22.7	25.4	28.1	28.1	28.9	28.3
<b>País (%)</b>	2.3	2.4	3.0	3.3	3.2	3.4	3.4

Fonte: Elaboração própria a partir dos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*

Mas embora bastante diferentes, as duas cidades partilhavam características de excecionalidade em termos demográficos e nos moldes de vivência e apropriação do espaço urbano, o qual se apresentava estruturado em três zonas a que correspondiam realidades socioeconómicas e comportamentos coletivos particulares:

. AZONA 1, com densidades máximas, incluía o centro histórico constituído por freguesias ricas e bairros populares. Predominavam as atividades económicas ligadas à proximidade dos rios Douro e Tejo (pesca, transportes, comércio)<sup>3</sup>. Aí residiam mais homens que mulheres, mais adultos ativos que crianças ou idosos, muitos migrantes e a quase totalidade dos estrangeiros. O número médio de habitantes por fogo era considerável, devido à estrutura complexa dos agregados mais abastados e à coabitação de um número elevado de indivíduos nos prédios situados nos bairros com preços de aluguer mais acessíveis;

. A ZONA 2 estava disposta em forma de anel imperfeito em torno da primeira e foi a principal beneficiária do crescimento urbano entre 1850 e 1930. Nela residiam sobretudo indivíduos com rendimentos médios, mas na viragem para o século XX as habitações mais modestas começam a encher-se de imigrantes, forçados a procurar alojamento em áreas

<sup>3</sup> Questão desenvolvida em Ferreira, Rodrigues, 1993: 318.

cada vez mais afastadas do centro funcional urbano e dos seus respetivos empregos, o que passou a ser possível com a abertura de novos eixos viários;

. A ZONA 3 era periférica, escassamente povoada e semirural até finais do século XIX, momento em que os seus terrenos vazios são ocupados por unidades industriais e bairros operários. Saldos migratórios muito positivos explicam o aumento rápido do total de habitantes, acentuado no século XX (Marques, s/d: 225).

#### **4. Crescimento urbano e migrações. Relações difíceis**

As migrações tiveram várias consequências em termos de volume, qualidade de vida e bem-estar e comportamentos das populações urbanas, embora assumissem um papel de maior destaque em Lisboa, por duas ordens de razões: 1) só ela conseguiu atrair gente de todo o país e a maioria dos estrangeiros e 2) a partir da 2ª metade do século XIX, coincidindo com uma das fases de maior dinamismo demográfico, o crescimento da sua população passou a ser suportado em mais de 75% pela imigração, num contexto de saldo natural nulo ou negativo. Entre 1890 e 1911 a percentagem de residentes nascidos fora do concelho do Porto rondava 44% e em Lisboa passava de 50 para 53% nos mesmos vinte anos (Leite 2005: 69). Os dois centros distinguiam-se dos restantes em cinco aspetos:

**1. Impacto na configuração da estrutura etária** – A distribuição etária é internamente diversa, em função da desigual intensidade de fixação de imigrantes. Até 1890 é mais jovem nas freguesias populares, onde é maior a intensidade das migrações, e menor nas freguesias abastadas do centro. Mas entre 1890 e 1930 torna-se mais jovem nas freguesias periféricas da cidade. As diferenças de estrutura etária nas duas cidades eram significativas. O Porto apresenta uma enorme estabilidade em termos de repartição etária e por sexos. Cerca de um quinto dos seus habitantes tinham menos de 10 anos e metade menos de 30. Apenas 4% tinha mais de 60 anos. Lisboa tem características diferentes e a configuração da pirâmide etária já em meados de XIX é diferente de qualquer outra que possamos encontrar na época, apresentando uma configuração própria de região envelhecida devido ao enorme peso relativo dos ativos. A imigração baixava a percentagem dos jovens e aumentava a de idosos. Sem migrações, a população de Lisboa teria no século XIX uma configuração própria de região envelhecida, sobretudo na base (**Tabela 9**). No momento de maior dinamismo populacional desceu a idade média da população em ambas as cidades.

**Tabela 9. Lisboa, 1800-1900. Repartição da população em grandes grupos etários**

	1801	1864	1878	1890	1900
<b>0-14 anos</b>					
Homens	36,8	29,5	29,1	33,3	35,4
Mulheres	37,6	27,6	29,4	33,5	34,3
<b>TOTAL</b>	<b>37,2</b>	<b>28,6</b>	<b>29,2</b>	<b>33,4</b>	<b>35,0</b>
<b>15-54 anos</b>					
Homens	55,2	62,4	64,0	60,0	57,9
Mulheres	55,5	61,5	60,3	56,2	56,4
<b>TOTAL</b>	<b>55,4</b>	<b>61,9</b>	<b>62,1</b>	<b>58,1</b>	<b>57,2</b>
<b>55 e + anos</b>					
Homens	7,9	8,1	6,9	6,7	6,2
Mulheres	6,9	10,9	10,3	10,3	9,3
<b>TOTAL</b>	<b>7,4</b>	<b>9,5</b>	<b>8,7</b>	<b>8,5</b>	<b>7,8</b>

Fonte: Rodrigues, 1995: 84

**2. Alteração da estrutura dos agregados** – Nas sociedades do passado os níveis de densidade podem ser olhados como um indicador indireto de qualidade de vida. Se é verdade que ao longo do período considerado o edificado se estende como mancha de óleo nas duas grandes cidades, refletindo a alteração nas formas de utilização do espaço urbano, em certos bairros, designadamente nos populares, o aumento do número de residentes não foi acompanhado por igual aumento de oferta de alojamento. Este facto, patente na subida da dimensão e complexidade interna dos fogos, traduz de *per si* um agravamento das condições de existência nos bairros pobres da cidade e é visível em ambas as cidades. A estrutura interna dos fogos simplificou-se, embora dependente das atividades socioprofissionais desempenhadas pelos seus ocupantes e respetivos rendimentos médios. Em Lisboa predominavam os fogos de média dimensão, passando de 3,7 a 4,5 almas entre 1850 e 1930, um pouco menores nas freguesias urbanas, quando comparados com as periféricas. Na viragem do século XX observou-se um aumento da média de almas por fogo devido ao ligeiro aumento da esperança de vida e a mudanças na utilização do espaço residencial (como o aluguer de quartos e os bairros operários) (**Tabela 10**). Os agregados familiares eram de maior dimensão no Porto.

**Tabela 10. Efetivos populacionais recenseados por tipos de família em Lisboa (%)**

NºHab.	1890					1900				
	Cidade	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB	Cidade	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB
1	1,9	2,2	2,0	2,0	1,4	1,6	1,6	1,8	1,5	1,4
2	8,3	9,0	8,2	7,8	8,1	7,7	8,1	7,3	7,3	7,9
3	12,8	13,4	12,8	12	12,9	12,6	12,5	13,3	11,7	13,0
4	14,8	15,7	14,4	13,9	14,8	14,7	14,8	15,2	14,1	15,0
5	14,0	14,5	13,8	13,2	14,1	14,2	14,7	13,4	13,3	15,0
6	12,1	11,8	11,8	12,5	12,4	12,4	12,6	11,9	12,1	13,0
7+	36,1	33,4	36,9	38,6	36,3	36,8	35,7	37,2	40,0	36,0

Fonte: Rodrigues 2008: 359

**3. Níveis de Fecundidade mais baixos** - Os níveis de natalidade e mortalidade nas duas cidades são muito diversos, sempre mais elevados no Porto. A repartição por sexos e grupos etários dos residentes explica parte das diferenças encontradas em termos de natalidade, mortalidade e nupcialidade: a) em Lisboa não é garantida a substituição das gerações desde a segunda metade do século XIX, embora existissem grandes diferenças entre grupos; b) os níveis de ilegitimidade eram superiores, tal como as famílias não institucionais (em 1900 6% dos casais vivia em união de facto); e c) eram maiores as percentagens de celibato e de separação e divórcio (**Tabela 11**).

**Tabela 11. Lisboa e Porto. Níveis de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade (‰)**

Anos	Lisboa			Porto		
	TBN	TBM	TBNup.	TBN	TBM	TBNup.
1890	27.7	29.2	7.1	37.1	31.4	7.9
1900	27.2	27.7	6.1	37.1	36.0	7.2

Fonte: Ferreira, Rodrigues 1993: 297-318.

**4. Alteração dos níveis e perfis de mortalidade** – A mobilidade característica dos centros urbanos de maior dimensão influenciavam os níveis de mortalidade, porque uma parte significativa dos óbitos ocorridos eram resultado do risco associado à mobilidade e a grupos excluídos e vulneráveis (como os mendigos, os expostos e outros). À maior incidência de práticas violentas juntam-se a maior facilidade de contágio devido às altas densidades de coabitação e causas de morte diferentes (as cardiovasculares predominam sobre as do aparelho digestivo já no final do século XIX). A dependência de fatores exógenos era

evidente e as probabilidades de doença e morte variavam segundo o local de residência e o maior ou menor acesso a cuidados de saúde. Estas condicionantes evidenciam-se nos momentos de mortalidade extraordinária causada por doenças de carácter infeccioso (Rodrigues 1997: 121-122, 160 e segs).

**5. Determinantes de saúde: pobreza e morbilidade** – Os centros urbanos eram locais onde se morria cedo. Mais de metade das mortes assinaladas na documentação vitimava crianças, principais afetadas na luta travada e então sistematicamente perdida do homem com o meio. Não obstante as melhorias verificadas na reta final do século XIX, a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que se vivia, numa época em que a informação ainda passava maioritariamente por via da oralidade (Rodrigues 2000: 19-27). Assim, a percepção da doença e da morte aumentava à medida que subiam os valores da concentração populacional e a notoriedade dos atingidos, daí a noção de que nas cidades se morria mais, o que nem sempre era verdade. De destacar, no entanto:

a) Os centros urbanos apresentavam níveis de mortalidade quotidiana superiores e diferenciais de acordo com o extrato social e económico de pertença. Mas eram também os locais com maior capacidade de recuperação dos efetivos humanos perdidos, por conseguirem manter fluxos migratórios positivos, mesmo em conjunturas adversas (**Tabela 12**);

**Tabela 12. Lisboa, 1890-1900: Taxas de Crescimento Total, Migratório e de Mortalidade**

	<b>Crescimento total(%)</b>	<b>Crescimento Migrat.(%)</b>	<b>TBM (%0)</b>
<b>1801-1857</b>	0,0	-0,8	24,9
<b>1857-1864</b>	0,8	-0,1	33,5
<b>1864-1878</b>	0,9	7,9	33,1
<b>1978-1890</b>	3,2	16,8	28,1
<b>1890-1900</b>	1,5	11,0	21,2

1857: febre amarela; 1872-78: tifo e outras epidemias

Fonte: Rodrigues, 2008

b) Existia uma relação entre falta de informação/instrução, rendimentos e esperança média de vida à nascença. Desde meados do século XIX as doenças com carácter epidémico e contagioso atingiam com especial gravidade a população urbana pobre, muita da qual

migrante. Entre o início e o fim do século XIX as diferenças chegaram a atingir os 20 anos (Rodrigues, 2008) (**Tabela 13**).

**Tabela 13. Lisboa, 1800-1900: diferencialidade socioeconómica e esperança média de vida**

	1801		1900	
	H	M	H	M
<b>Paróquias mais abastadas (Conceição)</b>	44,3	50,0	63,6	67,5
<b>Paróquias populares (Alcântara)</b>	33,9	35,0	40,6	43,5

Fonte: Rodrigues, 2008

### Considerações finais

O dinamismo demográfico das gentes portuguesas no período a que nos reportamos parece centrado nos núcleos urbanos, com particular sucesso naqueles onde se observaram mudanças no tipo de atividades económicas predominantes e sobretudo alguma forma de industrialização.

No Portugal de então as migrações internas e o êxodo rural garantem o crescimento da população urbana, nomeadamente de Lisboa e Porto, as únicas grandes cidades. A viragem entre os séculos XIX e XX foi um tempo de mudança, marcado pela transformação da paisagem urbana, pelo acentuar de assimetrias na distribuição populacional e por novos conceitos de desenvolvimento económico. As migrações, o crescimento urbano e a industrialização foram os motores das transformações ocorridas, num Portugal a diferentes velocidades.

Não obstante, estes vetores explicativos e a trilogia apresentada são idênticos na caracterização do país e da realidade urbana. E de que realidade urbana falamos? Cumpre sublinhar cinco eixos estruturantes da realidade urbana em Portugal, que até hoje não foram resolvidos em algumas das suas vertentes:

- 1) um sistema frágil, devido à ausência de uma armadura sólida, causada pela falta, em número e dinamismo, de um conjunto significativo de cidades de média dimensão;
- 2) a escassa vitalidade de crescimento manifestada pela esmagadora maioria dos centros urbanos quando comparados com os seus congéneres europeus;
- 3) a tendência clara de bipolarização norte *versus* sul do país, a que corresponde uma

dicotomia de cariz histórico estruturante entre o domínio de aldeias e vilas *versus* cidades;

4) o afirmar durante os séculos da contemporaneidade de três grandes fatores explicativos para as assimetrias observadas. Referimo-nos às migrações internas, à urbanização e ao sucesso das iniciativas locais de industrialização;

e, por fim, e abrindo já a página para uma nova época,

5) a originalidade que caracteriza a vivência quotidiana nas cidades de Lisboa e Porto, onde primeiro se sinalizam «novos comportamentos», em grande parte desencadeados pelas relações difíceis entre dinâmicas de crescimento urbano e migrações e pobreza.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bardet, J. P. and Dupâquier, J. 1997. La Révolution Démographique (1750-1914) in Bardet, J. P. and Dupâquier, J. (eds.), *Histoire des Populations de l' Europe*, 2: Ed. Fayard, Paris, pp. 347-84.
- Ferreira, Olegário and Rodrigues, Teresa. 1993. As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX - características da sua evolução demográfica: 1864-1930. *Revista de História*, XII: 297-318
- Justino, David. 1989. *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*: Veja, Lisboa
- Leite, J. Costa. 2005. População e Crescimento Económico, in Lains, P. and Silva, A. Ferreira (eds.), *História Económica de Portugal. 1700-2000*, II: Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, pp. 43-81
- Marques, A.H. de Oliveira. s/d. *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*: Iniciativas Editoriais, Lisboa
- Moreira, M.J., Rodrigues, T., Henriques, F. 2009. O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social. *Revista de Demografia Histórica*, XXVII, I: 83-114
- Pereira, M. Halpern. 1988. *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do séc. XIX*: Cosmos, Lisboa
- Rodrigues, T. and Ferreira, S. 2013. *Migrações, mobilidade e desenvolvimento económico no mundo urbano em Portugal. O caminho da modernidade (1850-1930)*. Paper presented at *Seminário Internacional INMIGRACIÓN, MERCADOS LABORALES Y TRABAJO DOMÉSTICO URBANO EN EUROPA, SIGLOS XVIII-XX*, 2013, USC, Santiago de Compostela
- Rodrigues, Teresa, 1995, *Viver e morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento)*, Col. História, 10: Cosmos, Lisboa.
- Rodrigues, Teresa, 1997, *Cinco Séculos de Quotidiano. A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Col. História, 21, Lisboa: Cosmos
- Rodrigues, Teresa, 2000, "Ser imigrante nas Lisboas Oitocentistas", in Vaz, M.João, Relvas. E., Pinheiro, N. (eds.), *Atas do Colóquio EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, Oeiras: Celta Ed.: 19-27.
- Rodrigues, Teresa. 2008. Lisboa. Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade, *Atas da Jornada de Demografia Histórica de Lisboa (15 de abril de 2008)*, GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses, Lisboa (disponível em: <http://geo.cm-lisboa.pt/typo3conf/>)
- Rodrigues, Teresa. 2008. O Século XIX, in Rodrigues, Teresa (ed.), *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Afrontamento, Porto, pp. 327-61
- Rodrigues, Teresa and Pinto, M. Luís R. 1996. O crescimento urbano no Portugal oitocentista. *População e Sociedade*, 2: 131-45.





